

Luis Barreiro de Campos Verquero, e Francisco das Chagas Melo tiveram contratado uma sociedade na Estancia do Parandij na Província do Rio grande, distrito da Freguesia do Passo Fundo, em Missões, de baixo das condições seguintes.

Art. 1º

Verquero sede para a sociedade o maestro
da Estancia Parandij, pertencente a Seus filhos,
bem como os animais de criar, e mais objectos
nella existentes, de que se fará inventário que
o socio Melo assignará, e por elle tomará con-
ta.

Art. 2º

Melo se empregará com toda a sua fami-
lia, filhos menores, excepto os que se estivessem edu-
cando, ou a prendendo alguma coisa, todos
os escravos escravas inclusive, na administração
da Estancia Parandij.

Art. 3º

A produções dos escravos pertencerão somente ao
socio Melo, que ha diller Senhor, e corri o risco
por qual quer acontecimento ou morte que
lhe sobre venha.

Art. 4º

Melo alugará por conta social os camara-
das, que julgar preciso para utilidade soci-
al, e procurará a aquisição de sal merce-
rio es mais, que necessário for por conta soci-
al pelo meio mais económico, que elle jul-
gar. Verquero passará ao poder do socio Melo
apartly, que lhe corresponderá na dispensa de todos
objectos caso para isso não chegue o que o
socio Melo apure por conta social.

Artigo 5º

estas obras preclusas para comodo dos administradores, trabalhadores, conservação e costura da Estancia serão por conta Social, sem indemnização por socio algum, ainda mesmo na separação, excepto os Salários, que pagará para factura de telhas, não incluindo o valor do serviço da gente em pregoada na Estancia, conforme está estipulado neste contrato social.

Arto 6º

Os lucros e prejuízos serão divididos em duas partes iguais, cabendo a cada socio uma parte.

Art. 7º

Impõe que por causa de revoluções (guerra civil) forem levantadas parte ou todos os animais, que existem na Estancia, não terá Verguinho o direito de reclamar do socio Alvelo a metade do prejuízo, que, segundo o artigo 6º, deveria recair ao socio Alvelo.

Arto 8º

Na separação do prazo social, Verguinho por si ou por seu procurador, receberá a Estancia Garanhujá, bem como os objectos constantes do inventário apreendido por Alvelo.

Arto 9º

Tudo que faltar para preencher o constante do artigo 8º, será indemnizado a sociedade por ambos os sócios em partes iguais, e considerado como prejuízo conforme o artigo 6º.

Art. 10º

Na separação do prazo social toda a criação e mantimento, que exceder as mencionadas no inventário bem como o rendimento de qual-

Continuacão do Artº 10º.

qual quer lavoura, erva matte, ou qual quer outra indústria alcançada pelas pessoas empregadas na Estancia, sera dividido em duas partes iguais pertencendo cada uma das partes a cada Socio.

Artº 11º

No espiracão da sociedade serao contra marcado os animais, que pertencessem aos sócios Melo, e raiados os que ficarem pertencendo a Vergueiro; porque a marca de chave pertence a Estancia Saramsij.

Artº 12º

São invendáveis os animais de ventre astucia, ou que venhas a fazer parte da sociedade, salvo acordo expreso e por escrito entre os sócios.

Artº 13º

Os bestas e potros produzidos da Estancia serao vendidos por conta social nista Província, ou em Moissões, conforme mais vantajoso julgar Vergueiro.

Artigo 14º

Quando não convinha arribelar que os bestas e potros em qual quer das duas coias sejam dispostos nista Província por conta social, elle dará preferência na venda da parte que lhe pertence, a Vergueiro, o qual lhe pagará pelo preço e condições, porque convém nessa época em Moissões animais de igual idade e qualidade, ficando a seu cargo remetter os pelo modo mais seguro e econômico, que possa, a Vergueiro, obstando como em causa própria.

Artº 15º

Quando aconteça que Vergueiro quiser demorar

Continuacões do Artº 15º.

demorar a venda em Missões, ou demorar a remessa para esta Província da producções de que tractas o artigo 13, e 14, fica livre ao Socio Mello exigir que Vergueiro lhe compre a parte que lhe corresponde, na idade em que estiver, suportando-se Mello a conservar e tratar por conta e risco de Vergueiro tales animais a elle vendidos, como se da Estância fossem, sem direito a cobrar gratificações alguma. Ficando Vergueiro obrigado a pagar as mesmas na conformidade do mesmo Artigo 14º.

Artº 16º.

Quando não convenha a Vergueiro ficar-se com as producções pertencente a Mello em missões, das nos artigos 13, 14, e 15, fica intuído que será livre a Mello vender tales animais a quem quiser.

Artº 17º.

Os Novilhos e outros produtos da Estância excepto os de que tractas os artigos 13, e 14 serão vendidos em Missões por Mello quando, e como mais vantajoso julgar.

Artº 18º.

Todo o produto da Estância, que for vendido em Missões, será por Mello ou por sua ordem, e aquem vier remetido para esta Província será vendido por Vergueiro ou por sua ordem, ficando tais vendas sujeitas somente as disposições que elles occasionalm a te final cobrança e liquidação.

Artº 19º.

Durante o tempo social terá Mello dois livros um dos quais será aberto pela inscrições do inventário

Continuações do Art. 19º.

inventários da Estância, onde tão bem se lhe guarda toda a recita e dispersa, bem como outros qual quer assunto tendente ás questões desta Sociedade. No outro livro ficarão copiadas as cartas que Melo dirigiu a Vergueiro: ambos os livros serão numerados, e publicados por Vergueiro.

Art. 20º.

Melo enviará a Vergueiro no fim de cada anno conta do rendimento das propriedades da Estância, e suas sombras e casas. Vergueiro remeterá a Melo no fim de cada anno conta das vendas que tiver feito em sua conta dos dínhos, que ficarão a disposição de Melo.

Art. 21º.

Melo elevará, quando, dos prejuízos vindos da Estância por conta social e numero dos animais existentes a h' R. 000, que serão considerados como lucro da Estância.

Art. 22º.

Qualquer dúvida que appareça entre os sócios na interpretação de qualquer artigo social, ou por qual quer outra razão jurídica, será decidida por arbitros juramentados, sem dependência do Juiz Commercial, para o qual fim os sócios contratantes espontânea e voluntariamente concordam que cada socio nomeará um arbitro, e nestes arbitros não combinarem entre si, nomearão uma terceira pessoa para arbitro, cuja decisão será definitiva e conciliada firmar-se-á em apelar, ou Recurso algum.

Art.º 23.

Esta sociedade durará des anno, e mais tempo se os sócios concordarem.

Art.º 24.

O socio Mello tomará conta da Estância conforme o artigo 2.º até por todo o mes de Maio de 1852. tempo em que pelo socio Mello será apurado o desaparecimento o inventário da Estância Parandij, ficando a cada socio um dos originais.

Art.º 25.

Dada a data da apuração do inventário conforme o artigo 24.º permanecerá o tempo social desse trato o artigo 23.

Art.º 26.

Belo mês em anno anterior de concluir-se o des anno social, determinados pelos artigos 23.º e 25.º que aquele das sócios que não quiser continuar na sociedade, avisar por escrito a outro socio.

Art.º 27.

Quando dentro do período mencionado nenhuma dos sócios avisar a outro socio, significando-lhe por escrito que não quer continuar na sociedade, fica entendido que ambos sócios concordam, que a sociedade continue por mais quatro annos, sob baixo das mesmas condições deste contrato social; em que durante tais quatro annos possa qualquer dos sócios, retirar do uso fruto da sociedade o objecto algum dos mencionados no artigo 1.º, 2.º e 18.

Art.º 28.

Fica entendido que, na sociedade não tiver lugar por causa da queda do Parandij.

Continuacão do Art.º 2º.

Já andij substituirá este contrato social o que determinarem os artigos adicionais abaixo transcritos -

Art.º 29º.

Fica livre ao socio Melo por sua conta e com seu dinheiro a comprar e ter na Estancia tratando com soldo sua conta a R\$ 200 (duzentos), anuais mais ou menos ou menor para negocio, mas devendo, cuja disposição será como melhor lhe parecer.

Art.º 30º.

Desquiro vende a sociedade deus pastores Campas, de toda a criação Campas, que vai a anno, minhas um protó, que resarva para o senhor Alcides de Lins da Silva, mundo os pastores a 500 Réis (quincentos mil Réis), e a enia que chegar a idade de marea a 150 Réis (cento e cinquenta mil Réis), cada uma, pagando os preenriros numentos da Estancia. As potramas Campas que vao a deus anno caso Melo queira ficar em undidos tão bem a sociedade a 150 Réis (cento e cinquenta mil Réis), cada uma pagando sua pida forma a cima. Estes Campas farão parte desta sociedade sujeitos a mudanças na aspiração social.

Art.º 31º.

As partes contratantes estando intencionante concordar nas stipulações dos 31 artigos, este encerrando este papel de contrato social. Obrigados de reciprocamente a nos fiel cumprimento mantendo-nos a no o nos bens presentes efectuados. Em fijo o que apignas neste papel.

Continuação do Artº 3º

ísparel com as testemunhas presentes.
Itapuva da Fazenda de Novo
Uro de 1852 R\$.

Nº 8. Pg. 5000. Luis Pina de Souza por Virgílio
P. J. Quintento S. de S. de S. de S. de S.
Itapuva 17 de setembro de 1852 Francisco dos Chagas Melo
Name Max.

Como testemunha que este fiz, foi assinado:

Antônio Sime de Almeida Brisolla

Como testemunha Manoel Joaquim de Araújo

Artigo addicional.

Artº 1º

Se o socio Virgílio vender o Faran diz epor
ipo nas suas effeitos a sociedade elle pôrâ
a disposição de Melo em Missões pelo
menos 8.000.000-5 (oitos contos de réis), ou
seu equivalente em bestas pelo preço, porque
as houver recebido em pagamento do Faran dize
com tanto que este preço não excede os pre-
ços corrente no mercado de Missões.

Artº 2º

O socio Melo empregará os réis 8.000.000-pai-
to contos, em bestas, ou tomará conta do seu
equivalente em bestas conforme o artigo
adicional primeiro, cujas bestas serão
por conta social por elle, agente, que levará
para tomar conta da distânciia, cuidadas
até o ponto em que julguem melhor dis-
posições.

Artº 3º

Diligir -

Itapuva da Fazenda de Novo Uro de 1852
Manoel Joaquim de Araújo

Continuação do art. 3º

Do liquido das vendas das bestas do artigo 1.º e 2.º se retirará primeiro o principal, e qual quer desembolso feito por qual quer dos sócios, e restante será lucro, que será dividido em duas partes iguais entre os sócios; entre as quais tais bens serão divididos em partes iguais o prejuízo; se não houver a final cobrança e liquidação.

Art. 4º

Do principal e metade dos lucros tomará conta o socio Vergueiro por pertencerem a seu filho, seu do parte do produto da Estancia Sarandij, que aos meus me pertencem, e a outra metade dos lucros ficará spontaneousemente para o poder do socio Mello; se por Vergueiro for feita a venda e cobrança; pois se por Mello for feita a venda e cobrança, será também o obrigado para com Vergueiro de mesmo modo, por que Vergueiro fira obrigado para com aquelle. Esperava firmesas dos artigos a cima, em que estes concordem as partes contractantes, assinando este papel em duplicata com testemunhas presentes - Itaperao
17 de Novembro de 1852 =

Hui Perura assinado por Vergueiro
Francisco das Chagas Mello

Como testemunha que este foi, e vai assinarem -

Finalizado Em 26 de Maio de 1852. Brisa

Fst. Manuel Joaquim de Araújo

